COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

14ª Reunião Ordinária 23 de Novembro de 2016 às 14:30 horas no Plenário Tiradentes.

Presidente: Deputado Vaz de Lima

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 1074/2003 Juntado o Projeto de lei 1035/2015	Deputado Carlinhos Almeida	Institui o Plano Estadual de Educação.	Deputado Carlão Pignatari	contrário ao PL 1074/2003 e ao PL 1035/2015	P.C.J., T.B., J.P.R.
1	Projeto de lei Complementar 25/2016 (Tramitação Urgência)	Defensoria Pública do Estado	Altera a Lei Complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado. Parecer nº 1540, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.	Deputado João Caraméz	favorável ao projeto, com emenda	
2	Projeto de lei 891/2013	Deputada Leci Brandão e Deputado Adriano Diogo	Autoriza o Poder Executivo a implementar a gratuidade nos transportes públicos de passageiros às pessoas doentes de tuberculose.	Deputado Edson Giriboni	favorável	C.P., O.B., R.E., C.d.M.
30	Projeto de lei 1645/2015	Deputado Coronel Telhada	Dispõe sobre a fixação do número da placa da motocicleta na parte posterior do capacete.	Deputado Carlão Pignatari	favorável	T.B.
35	Projeto de lei 120/2016 (Tramitação Urgência)	Deputado Marcos Damasio	Dispõe sobre a proibição do uso de pneus em estacionamentos ao ar livre como proteção de para-choques, e dá outras providências.	Deputado Teonilio Barba	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR	

36	Projeto de lei 131/2016	Deputado Gilmaci Santos	Institui a campanha "Abril Marrom" de prevenção e combate às diversas espécies de cegueira no Estado.	Deputado Teonilio Barba	favorável	P.C.J.
40	Projeto de lei 166/2016	Deputado Coronel Telhada	Dispõe sobre a permissão para realização do transporte individual de passageiros na categoria de veículo de aluguel - táxi - na modalidade intermunicipal no Estado.	Deputado Edson Giriboni	favorável	C.C., T.B., E.G., J.P.R., O.B.
42	Projeto de lei 263/2016	Deputado Rafael Silva	Institui a "Semana de Incentivo ao parto Normal e Humanizado".	Deputado Estevam Galvão	favorável, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR	
46	Projeto de lei 319/2016 (Tramitação Urgência)	Deputado Luiz Fernando Machado	Institui, nas redes pública e privada do Estado de São Paulo, o estudo da dependência química e suas consequências.	Deputado Carlão Pignatari, Deputada Célia Leão	favorável, favorável	J.C., J.P.R., T.B.
49	Projeto de lei 374/2016	Deputado Orlando Bolçone	Inclui artigos na Lei nº 2574, de 1980, que dispõe sobre Normas para Declaração de Utilidade Pública Estadual.	Deputado Léo Oliveira	favorável	O.B., T.B., E.G., C.d.M.
50	Projeto de lei 413/2016	Deputado Márcio Camargo	Autoriza a isenção do pagamento do pedágio no km 79 da Rodovia Raposo Tavares - SP-270 aos moradores do município de Alumínio.	Deputado Paulo Correa Jr	favorável	O.B.
52	Projeto de lei Complementar 60/2015 (Tramitação Urgência)	Deputado Caio França	Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado para instituir o Termo de Ajustamento de Gestão e disciplinar o instituto da prescrição no âmbito daquela Corte.	Deputado Coronel Camilo	favorável ao projeto e à emenda da CCJR	J.P.R., O.B., P.C.J., T.B.
54	Projeto de lei Complementar 13/2016	Procurador-Geral de Justiça	Modifica o § 2º do artigo 38 da Lei Complementar nº 734, de 1993 - Lei Orgânica Estadual do Ministério Público.	Deputado João Caraméz	favorável	J.C., J.P.R., T.B.

55	Projeto de resolução 27/2015	Deputado Coronel Telhada	Regulamenta a concessão da "Medalha da Constituição", instituída pela Resolução nº 330, de 1962.	Deputado Coronel Camilo	favorável	C.C., T.B., E.G., J.P.R.
56	Projeto de resolução 5/2016	Deputada Marcia Lia	Cria o "Prêmio Therezinha Helena de Almeida de Direitos da Criança e Adolescente".	Deputado Edson Giriboni	favorável	
58	Projeto de resolução 10/2016	Deputado Afonso Lobato	Dispõe sobre a publicação e divulgação digital de material de cunho informativo no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.	Deputado João Caraméz	favorável	
59	Projeto de decreto legislativo 9/2012	Deputado Campos Machado	Susta os efeitos do Decreto nº 58.031, de 2012, que dispõe sobre a redução de juros e multas e sobre remissão parcial do ICMS decorrente de prestações de serviços de comunicação.	Deputado Léo Oliveira	favorável	T.B., C.C., J.P.R., O.B.
66	Processo 5749/2015	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.CSEB 1453/2015 - TC-011571/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Imprensa Oficial do Estado S.A.-IMESP e a empresa CM Construção Civil e Planejamento Ltda.	Deputado Coronel Camilo	propondo PDL, que reforma a decisão do TCE, considerando regulares a licitação, o contrato e o termo aditivo, com posterior arquivamento dos autos.	J.C., J.P.R., C.P., T.B.
67	Processo 8470/2015	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CGC.ARC nº 1665/2015 - TC - 015621/026/07; Deu provimento parcial ao Recurso Ordinário contra o Acórdão que julgou irregulares o pregão presencial, o contrato e ilegais as despesas decorrentes do contrato celebrado entre o Hospital e Maternidade Interlagos e Terra Azul Alimentação Coletiva e Serviços Ltda.	Deputado Coronel Camilo	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez q não cabe mais a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, para adoção das medidas cabíveis, e posterior arquivamento dos autos	T.B., J.P.R.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

14ª Reunião Ordinária 23 de Novembro de 2016 às 14:30 horas no Plenário Tiradentes.

Presidente: Deputado Vaz de Lima

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
85	Projeto de decreto legislativo 4/2016	Comissão de Finanças e Orçamento e Planejamento	(CONCLUSIVA) Considera regulares, nos autos do processo TC-2069/005/06, a Concorrência Pública e o Contrato firmado entre a Unesp - Campus de Presidente Prudente e a Prudesan - Engenharia e Comércio Ltda.			J.P.R., O.B., T.B., J.C.
86	Projeto de decreto legislativo 5/2016	Comissão de Finanças e Orçamento e Planejamento	(CONCLUSIVA) Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC-008568/026/06, que julgou irregular o Contrato celebrado entre a CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental e a empresa Ainyl - Soluções Ltda.			J.P.R., O.B., T.B., J.C.
87	Projeto de decreto legislativo 6/2016	Comissão de Finanças e Orçamento e Planejamento	(CONCLUSIVA) Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC-95/008/08, que julgou irregular o Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública - Polícia Militar do Estado - 33º Batalhão de Polícia Militar do Interior e a empresa Constreng Construções e Engenharia Ltda.			J.P.R., O.B., C.C., T.B., J.C.

PARA DELIBERAÇÃO:

13 REQUERIMENTOS, recebidos em 31/3/16, de autoria do Deputado José Zico Prado, Líder do PT e Bancada, para CONVOCAÇÃO das seguintes autoridades, funcionários públicos e cidadãos:

Item 91 - Secretário de Estado da Educação, Sr. José Renato Nalini, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual da Educação, para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015; sobre o ônus que as revelações da Operação Alba Branca está provocando na Educação e sobre as medidas que estão sendo adotadas face aos fatos revelados".

Item 92 - Ex-Secretário de Estado da Educação, Prof. Herman Jacobus Cornelis Voorwald, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual da Educação, para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015".

Item 93 - Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sr. Arnaldo Calil Pereira Jardim, "para prestar esclarecimentos sobre sua atuação nos fatos revelados pela Operação Alba Branca".

Item 94 - Secretário de Estado de Logística e Transportes, Sr. Antonio Duarte Nogueira Junior, "para prestar esclarecimentos sobre sua atuação face às revelações da Operação Alba Branca".

Item 95 - Ex-Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, Sr. Fernando Padula Novaes, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual de Educação para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015".

Item 96 - Sra. Dione Maria Whitehurst di Pietro, Coordenadora da CISE - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares da Secretaria de Estado da Educação, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 97 - Sr. Yuri Keller Martins, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 98 - Sr. Eduardo Araújo de Lima, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 99 - Sra. Dione Moraes Pavan, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 100 - Sr. José Merivaldo dos Santos, vulgo Meriva, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 101 - Sr. Luiz Carlos Gutierrez, vulgo Licá, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 102 - Sr. Luiz Roberto dos Santos, vulgo Moita, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 103 - Sr. Jeter Rodrigues Pereira, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Concedida vista dos 13 requerimentos ao Deputado Mauro Bragato em 11/05/16, ao Deputado Orlando Bolçone em 22/06/16 e ao Deputado João Caraméz em 17/08/16.

Item 104 - Requerimento da Deputada Márcia Lia para convocação do Secretário de Planejamento e Gestão, com a finalidade de comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre o IAMSPE.

PARA CIÊNCIA:

- E-mail da Sra. Kivia Magosse Hortencio de Sá, do Movimento dos Conciliadores de SP, solicitando: 1) O cumprimento da Lei 15804/15, que trata do abono pecuniário aos conciliadores e mediadores do Estado, que está em vigor há mais de 1 ano, sem ser cumprida; 2) A apresentação de uma emenda ao Orçamento 2017 do Estado no valor de R\$5 milhões, para complementar o valor já constante na proposta orçamentária.

- E-mail do Sr. José Carlos dos Santos, solicitando que seja pautado o PLC 28/13 (em tramitação nesta Comissão), que dispõe sobre a designação de policiais militares da reserva e reformados para o serviço ativo, altera o quadro do efetivo de Subtenentes e Sargentos e acelera a promoção à graduação de Cabo PM dos Soldados PM de 1ª Classe após 10 (dez) anos de efetivo serviço.

- Of. 830/16, do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando sugestões de emendas ao Orçamento 2017, com o objetivo de restabelecer os termos da proposta orçamentária, aprovada pelo Órgão Especial daquela Corte, já que houve uma diferença de 45,59% entre a proposta apresentada e o que consta do PL 750/16; alegam que é indispensável ao cumprimento das metas e prioridades traçadas para 2017.

- Vasta documentação do Movimento dos Conciliadores na qual, resumidamente: 1) informam que os R\$165 milhões que constavam da proposta orçamentária do Poder Judiciário, não constam da proposta orçamentária que o Governador encaminhou a esta Casa; 2) solicitam emenda em valor suficiente para cobrir os custos com o abono indenizatório aos Conciliadores e Mediadores do Estado; 3) informam que foi concedida liminar na ADIN apresentada à lei 15804/15, que regulamentou a profissão, sendo que essa lei sofreu um veto do Governador em seu artigo 4º, deixando uma lacuna quanto à fonte pagadora do abono; e, para solucionar essa questão, solicitam que esta Casa encaminhe ofício ao STF, esclarecendo que a lacuna deixada pelo veto poderá ser preenchida com a apresentação da referida emenda; 4) por fim, requerem que seja solicitada a cassação da liminar e a suspensão da ação.